

AS DORES DO TOMBO

Mauro Santayana

Ao narrar que, perplexo, um de seus personagens caíra das nuvens, Machado de Assis completou, com a ironia de seu estilo e de sua condição: "Mas é melhor cair das nuvens do que de um terceiro andar". Com o novo conjunto de medidas governamentais caímos, ao mesmo tempo, das nuvens e do terceiro andar.

Caímos das nuvens, porque o exame das providências anunciadas demonstra a mais espantosa agressão à lógica, desde que os gregos descobriram as suas leis. E caímos do terceiro andar, porque todos nós sofreremos, na carne, as dores do tombo. O ministro Pedro Malan dirigiu-se aos senadores como as sibilas de Delfos respondiam aos peregrinos, em nome de Apolo. Afirmou que só o ajuste fiscal permitirá a redução dos juros. Como a verdade tem duas orelhas, e uma delas é postiça, poderemos retrucar que é exatamente o contrário: só a queda dos juros abrirá caminho ao ajuste fiscal. A menos que queiramos ordenhar o bode.

Terça-feira passada, em sua primeira entrevista à imprensa depois de eleito governador de Minas, o sr. Itamar Franco lembrou alguns índices econômicos do último dia de seu governo. E perguntou, como todos podemos perguntar: o que aconteceu nestes quatro anos? Aonde foram parar os saldos da balança comercial? Onde estão as reservas sólidas, adquiridas com o superávit das exportações sobre as importações, e com a entrada de investimentos reais no país? Para onde se dirigiram os recursos obtidos com a venda das empresas estatais? Como na brincadeira infantil, podemos dizer que "o gato comeu". O gato dos juros.

O novo senador José Alencar, acostumado a lidar com os números associados à realidade de homem de empresa, fazia um raciocínio simples esta semana. Se calcularmos a média aritmética dos juros pagos pelos governos dos países do Primeiro Mundo, ela provavelmente não ultrapassaria 6,5% ao ano. Se a esses sete por cento acrescentássemos um spread atrativo de 20%, teríamos uma taxa de 7,8%. Uma taxa dessas, ainda que bastante alta, seria suportável pela economia brasileira sem comprometer o crescimento do PIB. Mas a equipe econômica, que não tem nenhum compromisso com o Brasil, embora pareça tê-lo com os credores, no desvario do jogador de roleta (que joga com cacife alheio), fixa os juros a quase 50% ao ano. Aliás, em matéria de manipular os números, os porta-vozes do governo são mestres. São capazes de dizer que o aumento da Cofins, de 0,2 para 0,3 por cento é de apenas "um ponto percentual", e não de 50%.

Os santos desconfiam de esmolas altas. Quanto mais altas as taxas de juros oferecidas pelo Banco Central aos capitais viajores, mais rapidamente os especuladores retiram daqui o seu dinheiro. Os investidores, por mais cobiçosos seja, sabem que nem Santa Edwiges é capaz de tais milagres. As taxas de juros moderadas podem ser honradas pelos devedores. As taxas de juros insensa-

tas, jamais. Assim, os especuladores vão ordenhando a vaca até que comece a sair sangue das tetas, antes de mandá-la para o matadouro.

O Brasil, recomenda Alencar, deve negociar com os investidores de forma responsável e firme; dizer-lhes, com segurança, que pagará juros suportáveis, e empregará todos os recursos a fim de produzir bens e serviços com os quais honrar os seus compromissos. O senador não diz, mas está claro que a alternativa a juros honestos, em qualquer país do mundo, é a suspensão unilateral das remessas ao exterior.

A arrogância do ministro da Fazenda não perturbou a serenidade dos senadores da oposição, aos quais se uniu o sr. Jefferson Peres, do PSDB. O senador Jefferson Peres lembrou que, há quatro anos, vezes responsáveis haviam previsto o desastre atual e sido ridicularizadas

pelos sábios da equipe econômica, como profecias da catástrofe. O ministro esgueirou-se, sorrateiro, da observação do parlamentar, mas não abandonou a arrogância, reiterando que a política governamental estava correta.

O governo argumenta, com o requinte da protêrvia, que, em 4 de outubro, ao reeleger o sr. Fernando Henrique, a nação deu-lhe o aval para as medidas recessivas agora anunciadas. Os que assim alegam se esquecem de que: (a) a votação do presidente da República é equivalente a um terço do eleitorado; (b) a margem da vitória é reduzida; (c) ninguém sabia o que estava sendo negociado com o Fundo Monetário Internacional.

As mais sérias publicações econômicas mundiais registraram, quinta-feira, o seu ceticismo diante das medidas anunciadas, mas, ao mesmo tempo, anotaram o conten-

tamento de Wall Street pela imobilidade do câmbio. Para os que especulam com a nossa miséria, enquanto houver um restinho a ser sugado, deve ser sugado. O *Financial Times* teve a deselegância de recordar que a dívida do Brasil, a curto prazo, é de 110 bilhões de dólares. O que faremos com os 28 bilhões dos cortes do ano a vir? Há uma possibilidade: eminentes personalidades brasileiras nos lembram que poderemos vender o sistema hidrelétrico e a Petrobras por 28 bilhões de dólares. Essa importância dará para "rolar" a dívida por dois meses. E, depois, o que venderemos?

Muitos dos que aplaudiam a conduta governamental porque dela retiravam os seus dividendos — alguns em dinheiro vivo, outros em proveitos políticos — fazem agora a sua contrição. Os governistas do PMDB, muitos deles mascando o sal amargo da derrota eleitoral, reprovam hoje o "pacote", mas, mais do que a outros, cabe-lhes a responsabilidade pelo que está ocorrendo no país. Eles abandonaram os princípios e programa do partido em troca de alguns cargos. Ao fazê-lo, possibilitaram, com os seus votos, a emenda da reeleição. Não satisfeitos com tamanha vassalagem, foram adiante, impedindo que o partido tivesse candidato próprio à Presidência da República.

É incrível que políticos experimentados, como os srs. Iris Resende e Jader Barbalho, tenham acreditado que, em troca de seu empenho contra o presidente Itamar Franco dentro do PMDB, viesse o Palácio do Planalto a favorecer-lhes a eleição em Goiás e no Pará. Se bem o governo haja prestigiado, no primeiro momento, o sr. Iris Resende porque não acreditava no candidato do PSDB, no Pará, desde as primeiras semanas, estava claro que tudo se fazia em favor do governador Almir Gabriel.

No Rio Grande do Sul, sim, houve empenho total pelo sr. Antonio Britto. Na verdade, o sr. Britto só entrou para o PMDB, com o senso de oportunidade que ninguém lhe pode negar, para dispor de uma legenda respeitável. Seu senso de oportunidade já havia transformado a tragédia pessoal de Tancredo e a tragédia política nacional, com a morte do grande líder, em passaporte para rápida — e, esperamos, efêmera — vida pública.

Em Minas o sr. Eduardo Azeredo acreditou, piamente, que a plumagem de tucano lhe dava envergadura de águia. Esqueceu-se da observação de antigo chefe político de Santa Bárbara, terra do sr. Affonso Penna: passarinho engordado na gaiola voa rasteiro.

Os governadores dos maiores estados — entre eles o sr. Covas — estão entendendo que só penoso e imenso esforço nacional para a produção, depois da criminoso ilusão de que ficaríamos ricos pelas remessas eletrônicas, poderá garantir a sobrevivência de nosso povo e o tremular de nossa bandeira sobre o território brasileiro.

■ Mauro Santayana é jornalista



Chico Reis